



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL**

MEMÓRIA DA X REUNIÃO DA COMISSÃO TRIPARTITE NACIONAL

Data: 29 de julho de 2005.

Local: Ministério do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios, Bloco "B" - 9º andar - Sala de Reuniões

Horário: 9 às 12 horas

Participantes: Pela ABEMA estavam presentes a Dra. Alexandrina Sobreira de Moura, o Dr. Lyssandro Norton Siqueira, o Dr. Maurício Lobo, o Dr. Paulo Roberto Castella, o Dr. Romeu A. de Arruda Coelho; pela ANAMMA estavam presentes a Dra. Berenice M. J. D. Almeida, o Dr. Clarismino Luiz Pereira Jr.; pela CNM estava presente o Dr. Valtemir Bruno Goldmeier; pelo IBAMA estavam presentes o Dr. Luiz F. K. Merico e o Dr. Sebastião Azevedo; e pelo MMA estavam presentes o Dr. Cláudio Langone, o Dr. Victor Zveibil, o Dr. Gustavo Trindade, o Dr. Volney Zanardi Júnior, o Dr. Ademilson Zamboni, a Dra. Moema de Sá, o Dr. Rudolf de Noronha, a Dra. Mônica de A Costa Nogara, o Dr. Rogério S. Bigio, e os técnicos Lucia Regina M. Oliveira, Márcia Catarina David, Luciana Hemétrio Valadares e Evandro Mateus Moretto.

Documentos Disponibilizados: No início foram disponibilizados os seguintes documentos como subsídio à reunião:

- Pauta de reunião;
- Memória da IX Reunião da Comissão Tripartite Nacional;
- Memorial dos Trabalhos para a Regulamentação do Art. 23;
- Proposta de Projeto de Lei para a Regulamentação do Art. 23;
- Contextualização do Programa Nacional de Capacitação de Gestores e Conselheiros Municipais;
- Memória da IV Reunião do Grupo Técnico do Programa nacional de Capacitação;
- Minuta de Portaria que institui o programa nacional de capacitação;
- Minuta do Acordo de Cooperação Técnica entre MMA ABEMA e ANAMMA para o fortalecimento do SISNAMA;
- Decreto 5.300/2004 (enviado pela ABEMA);
- Documento enviado pela ABEMA com comentários sobre o Decreto 5.300/2004;
- Parecer da Conjur sobre decisão do STF sobre APPs (entregue posteriormente).

Abertura

A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do MMA, Dr. Cláudio Langone, que iniciou apresentando e submetendo a pauta de trabalho à apreciação dos presentes, além de sugerir a inclusão de um item sobre a discussão da Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a questão das APPs.

O Dr. Romeu solicitou uma inversão de ordem na Pauta em função da falta de votos, incluindo carcinicultura como segundo ponto de discussão.

A seguir, foi dado início à discussão dos itens da pauta, a qual ficou composta da seguinte forma:

1. Deliberação sobre a Proposta de Projeto de Lei Complementar, que regulamenta o Art. 23 da Constituição Federal, resultado dos trabalhos do GT Tripartite.

O Dr. Cláudio Langone ressaltou a conclusão dos trabalhos do GT no prazo estabelecido, sendo que o texto resultante foi de consenso entre os membros e responde à expectativa gerada no início dos trabalhos.

O Dr. Volney apresentou um relato sucinto do processo de construção da proposta, ressaltando a presença dos representantes do GT (Dr. Lyssandro pela ABEMA, Dr. Clarismino pela ANAMMA e Dr. Gustavo pelo MMA).

Da mesma forma, o Dr. Gustavo relatou que o texto resultante é conciso e atende as necessidades na definição de competências.

O Dr. Clarismino elogiou o trabalho realizado pela Consultoria Jurídica do MMA e pelo Departamento de Articulação Institucional.

O Dr. Romeu relatou que a proposta traz avanços em relação às propostas originais e que resolve muitos dos conflitos administrativos, fortalecendo o SISNAMA.

A Dra. Alexandrina entendeu que o SISNAMA terá que adequar os conselhos para que eles passem a adequar suas pautas de trabalho, deixando mais claro as competências dos conselhos estaduais e municipais. Ao final, agradeceu a colaboração do MMA em propiciar que a ABEMA discutisse com maior profundidade a proposta.

O Dr. Langone declarou ainda que este é um trabalho complexo em função dos contenciosos no SISNAMA e que a sua conclusão resolve grande parte dos problemas de competências, não evitando que existam interpretações conflituosas. Ressaltou que a estratégia é promover um espaço para que o projeto tramite em caráter de urgência no Congresso, além de apresentá-la anteriormente aos Ministérios Públicos. Ao final, o Dr. Langone apresentou que após o lançamento do Programa Nacional de Capacitação e de finalizado o processo de Regulamentação do Art. 23, dever-se-á começar a discussão sobre o financiamento do SISNAMA.

Como encaminhamento, ficou acordado que a Conjur e a Aspar irão analisar a melhor forma para encaminhar o PL para o Congresso, envolvendo reuniões com deputados.

2. Avaliação da ABEMA sobre o diagnóstico da DILIQ/IBAMA referente à Carcinicultura no Estado do Ceará.

O Dr. Romeu iniciou apresentando as diferenças técnicas e jurídicas existentes entre o parecer do IBAMA e do Labomar sobre as áreas de apicuns e salgados, ressaltando a necessidade de se realizar um seminário para a elaboração de uma proposta para a regulamentação da matéria.

A Dra. Alexandrina enfatizou que vários estados demandam esta regulamentação.

O Dr. Sebastião esclareceu que a questão é técnica, mas resvala no jurídico, uma vez que as resoluções dos estados não estão compatíveis com a resolução do CONAMA.

O Dr. Vitor informou, e restou como encaminhamento, que a SQA já está em diálogo com ABEMA para a concepção do seminário, o qual deve ser realizado em meados de setembro,

sendo que em agosto o MMA deverá conversar com IBAMA e outros atores federais para aproximar consensos e levantar um painel de conflitos.

3. Lançamento do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do SISNAMA;

O Dr. Volney fez um breve relato sobre o processo avançado de construção da proposta para o Programa Nacional de Capacitação, o qual já se encontra em fase final de arranjo, partindo-se para apresentação da prova do material de divulgação, elaboração dos convênios etc. Lembro ainda que existem vários segmentos interessados em financiar o programa, já tendo havido conversar preliminares com Petrobrás, Caixa Federal, Instituto Banco Mundial e Fundação Roberto Marinho. Lembrou ainda, que o lançamento ocorrerá em meados de agosto, em Brasília, com a assinatura de uma portaria que cria o PNC pela Excelentíssima Ministra.

O Dr. Langone ressaltou que os convênios poderão ser assinados bilateralmente nos Estados, para que também haja repercussões locais.

4. Discussão da Proposta de Resolução CONAMA sobre Compensação Ambiental;

O Dr. Gustavo esclareceu que na reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos foi decidido que deverá ser feito um esforço para que Decreto 4.340 seja readequado em função da redação da Lei do SNUC, uma vez que apresenta impropriedades. Além disso, a nova redação do decreto deve apresentar que a Compensação Ambiental só deve ser aplicada para empreendimentos que necessitem de EIA – RIMA para seu licenciamento e para aqueles que impliquem em impactos sobre o meio ambiente natural.

O Dr. Maurício Lobo relatou que o trabalho do GT e da Câmara Técnica de Unidades de Conservação foi bastante intenso e consistente.

O Dr. Sebastião esclareceu que a matéria não fora devolvida para a CTUC, ela continua no âmbito da CTAJ até que o decreto esteja adequado.

A Dra. Alexandrina informou que a ABEMA está enviando à Ministra e ao Presidente do IBAMA uma solicitação para esclarecimentos sobre as aplicações da Compensação Ambiental.

O Dr. Langone explicou a regra de transição de 0,5% que o IBAMA está praticando no momento.

O Dr. Clarismino informou que a discussão ocorrida em Goiânia revelou que a ANAMMA tem alinhamento com a proposta de metodologia do IBAMA e que a destinação dos recursos por BIOMA é um critério interessante para o envolvimento dos Municípios e dos Estados.

O Dr. Langone encaminhou que o MMA deverá encontrar um caminho adequado para a correção do decreto e que o IBAMA buscará tornar pública a aplicação de recursos da compensação.

5. Análise da ABEMA sobre o Decreto no 5.300, de 7 de dezembro de 2004, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC;

A Dra. Alexandrina informou que a proposta de adequação da ABEMA para o DECRETO 5.300 está alinhada com o que os Estados já têm estruturado e que, de forma geral, ela não fere o que está apresentado no decreto. Solicitou uma reunião técnica para tratar destas questões com a presença de um consultor para carcinicultura.

O Dr. Vitor relatou que a equipe da SQA está analisando a proposta da ABEMA e que a reunião poderá ser agendada, devendo haver o devido cuidado de informar o GI-GERCO sobre os encaminhamentos.

6. Relato sobre o funcionamento e implantação das Comissões Técnicas Tripartites Estaduais;

A Dra. Alexandrina sugeriu que seja feita uma consulta às tripartites estaduais para avaliação do andamento.

O Dr. Volney informou que o maior esforço das comissões tem sido em relação ao PNC e à regulamentação do ART 23. A partir do encaminhamento do Art 23, dever-se-á puxar as discussões sobre tipologia de impacto local, tema este que deverá ser colocado em pauta em uma próxima reunião da tripartite nacional.

A Dra. Moema relatou que a SQA está formulando um TR para tratar da discussão de impacto local, prevendo de 3 seminários para a sistematização e formulação de uma proposta de resolução.

O Dr. Langone encaminhou que este tema deverá estar na pauta da próxima reunião da tripartite nacional.

7. Informes gerais.

Em relação ao caso da decisão do STF sobre as APP's, o Dr. Langone declarou que ficou evidente na reunião do CONAMA que quase todo o SISNAMA apresenta uma visão diferente daquela exposta pelo MPF. Julga importante que os gestores ambientais tenham uma estratégia de divulgação sobre a decisão do MPF, de forma a esclarecer que tais medidas terão rebatimento num conjunto muito grande de licenças nos Estados e Municípios.

O Dr. Sebastião enfatizou a importância de cada estado compor a defesa na ADIM.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

LISTA DE PRESENÇA

NOME	ÓRGÃO/ UNIDADE	FONE/FAX	E-MAIL
Ademilson Zamboni	MMA/SQA/PGT	(61) 4009-1161	ademilson.zamboni@mma.gov.br
Alexandrina Sobreira	SECTMA - ABEMA	(81) 3425-0303	asmoura@sectma.pe.gov.br
Berenice M. J. D. Almeida	ANAMMA Nacional	(67) 314-5163	berenice.planurb@pmcg.ms.gov.br
Clarismino Luiz Pereira Jr.	ANAMMA Centro Oeste	(62) 3524-1413	semma@goiania.go.gov.br
Claudio Langone	MMA/SECEX	(61) 4009-1227	-----
Evandro Mateus Moretto	MMA/SECEX/DAI	(61) 4009-1169	evandro.moretto@mma.gov.br
Gustavo Trindade	MMA/CONJUR	(61) 4009-1179	gustavo.trindade@mma.org.br
Lucia Regina M. Oliveira	MMA/SECEX/DAI	(61) 4009-1391	lucia.oliveira@mma.gov.br
Luciana Hemétrio Valadares	MMA/SECEX/DAI	(61) 4009-1083	luciana.valadares@mma.gov.br
Luiz F. K. Merico	IBAMA/DIGET	(61) 3316-1460	luiz.merico@ibama.gov.br
Lyssandro Norton Siqueira	AGE SEMAD ABEMA/MG	(31) 9903-0770	lyssandro@terra.com.br
Márcia Catarina David	MMA/SQA	(61) 4009-1365	marcia.david@mma.gov.br
Maurício Lobo	IEF/RJ - ABEMA	(21) 2253-2516	mloborio@ief.rj.gov.br
Moema de Sá	MMA/SQA	(61) 4009-1160	moema.sa@mma.gov.br
Mônica de A Costa Nogara	MMA/SQA/GAB	(61) 4009-1316	monica.nogara@mma.gov.br
Paulo Roberto Castella	SEMA – ABEMA/PR	(41) 3304-7755	pcastella@sema.pr.gov.br
Rogério S. Bigio	MMA/SRH	(61) 4009-1829	rogerio.bigio@mma.gov.br
Romeu A de Arruda Coelho	SEMACE – ABEMA/CE	(85) 3101-5521	romeuarruda@semace.ce.gov.br
Rudolf de Noronha	MMA/SQA/PGT	(61) 4009-1215	rudolf.noronha@mma.gov.br
Sebastião Azevedo	IBAMA/PROGE	(61) 3225-4352	sebastiao.azevedo@ibama.gov.br
Valtemir Bruno Goldmeier	CNM	(51) 3231-3833	valtemir@cnm.org.br

NOME	ÓRGÃO/ UNIDADE	FONE/FAX	E-MAIL
Victor Zveibil	MMA/SQA	(61) 4009-1204	victor.zveibil@mma.gov.br
Volney Zanardi Júnior	MMA/SECEX	(61) 4009-1154	volney.zanardi@mma.gov.br